

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA –
IFBA
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

WANDERSON CARDOSO SACRAMENTO

MATEMÁTICA DA VIDA E PARA VIDA:
Possibilidade para o ensino de Educação Financeira na educação
básica

Eunápolis
2022

WANDERSON CARDOSO SACRAMENTO

MATEMÁTICA DA VIDA E PARA VIDA:

Possibilidade para o ensino de Educação Financeira na educação
básica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado
em Matemática do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia, campus Eunápolis, sob a
orientação da Prof.^a Me. Flaviana Paula Medeiros e
Oliveira.

Eunápolis
2022

S123m Sacramento, Wanderson Cardoso
Matemática da vida e para vida: possibilidade para o ensino de educação financeira na educação básica / Wanderson Cardoso Sacramento ; orientadora Flaviana Paula Medeiros e Oliveira. -- Eunápolis : IFBA, 2022.
54 p.
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Matemática do Instituto Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Licenciado.
1. Educação matemática. 2. Educação financeira. I. Oliveira, Flaviana Paula Medeiros e, orient. II. Título.
510.7

Catlogação na fonte

Bibliotecária Responsável: Nilcéia Aparecida Conceição Santos Campos – CRB5 1378

TERMO DE APROVAÇÃO

MATEMÁTICA DA VIDA E PARA VIDA:

Possibilidade para o ensino de Educação Financeira na Educação Básica

WANDERSON CARDOSO SACRAMENTO

Trabalho de Conclusão do Curso aprovado como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Matemática do curso de Licenciatura em Matemática, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

Eunápolis, _____ de _____ de 2022

BANCA EXAMINADORA

Orientadora do Trabalho

Prof. Me. Flaviana Paula Medeiros e Oliveira
Instituto Federal da Bahia – Campus Eunápolis

Prof. Me. Dilo Marquesini

Instituto Federal da Bahia – Campus Eunápolis

Prof. Me. Igor Schmidke Ribeiro

Instituto Federal da Bahia – Campus Eunápolis

Dedico este trabalho à minha Mãe, Maria Gilda Mendes Cardoso, que acreditou, acredita e sempre acreditará em mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar força durante essa longa trajetória acadêmica.

À Professora Flaviana Paula pelo incentivo, orientação e elaboração desse trabalho.

E a todos os professores do IFBA *campus* Eunápolis que contribuíram diretamente para minha formação acadêmica.

*“Poderia me dizer, por favor,
que caminho devo tomar para sair daqui?”
“isso depende bastante de onde você quer chegar”,
disse o gato.
“o lugar não me importa muito...”,
disse Alice.
“então não importa que caminho você vai tomar”,
disse o gato.
“...desde que eu chegue a algum lugar”,
acrescentou Alice em forma de explicação.
“Oh, você vai certamente chegar a algum lugar”, disse o gato,
“se caminhar bastante.”
Alice no País das Maravilhas (Lewis Carroll)*

RESUMO

Diariamente nos deparamos com situações financeiras e econômicas, consumo, investimento, poupança, crédito, juros, câmbio, tributos, taxas, bolsa de valores, previdência etc., mas pouco aprendemos sobre isso na escola, e essa falta de aprendizagem gera consequências graves, como consumismo, inadimplência, desperdício, produção de lixo, dentre outras. Diante dessas situações acreditamos que o Ensino de Educação Financeira na Educação Básica pode reduzir os impactos causados pela falta de alfabetização financeira, apresentando nas aulas de Matemática situações do cotidiano dos alunos, fazendo-os enxergar criticamente situações financeiras que lhes são mostradas, a serem cidadãos conscientes quanto ao seu consumo, aprendam a tomar decisões assertivas avaliando quais impactos tais decisões irão causar na sua vida pessoal ou familiar e ao meio ambiente. Traremos aqui uma sequência didática bem detalhada, para ser trabalhada por professores de Matemática no 7º, 8º, 9º ano do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio da Educação Básica. Dessa forma, pretendemos mostrar que a Matemática é sim da vida e para vida, ensinando-os a fazerem planejamento financeiro, traçar suas metas e objetivos para alcançar um bem maior no futuro.

Palavras-chave: Matemática. Educação. Educação Financeira

ABSTRACT

Every day we come across financial and economic situations, consumption, investment, savings, credit, interest, foreign exchange taxes, fees, stock exchange, pension plan, etc., but we learn little about it in school, and this lack of learning generates serious consequences, such as consumerism, noncompliance, waste, garbage production, among others. In view of these situations we believe that the Teaching of Financial Education in Basic Education can reduce the impacts caused by the lack of financial literacy, presenting in mathematics classes situations of the daily life of students, making them critically analyze financial situations that are shown to them, to be citizens aware of their consumption, learn to make assertive decisions evaluating what impacts such decisions will cause on their personal life family and the environment. Here we will bring a very detailed didactic sequence, to be worked by mathematics teachers in the 7th, 8th, 9th grade of elementary school or in high school basic education. Thus, we intend to show that Mathematics is yes to life and to life, teaching them to do financial planning, to outline their goals and objectives to achieve a greater good in the future.

Key-words: Mathematics. Education. Financial Education

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O ENSINO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	15
3	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL	20
3.1	Estratégia Nacional de Educação Financeira	21
4	BNCC E A ÁREA DA MATEMÁTICA	27
4.1	Orientações da BNCC para abordagens de educação financeira	28
5	POR QUE TRABALHAR EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA?	32
6	SEQUÊNCIA DIDÁTICA	35
6.1	CONTEÚDOS	35
6.2	OBJETIVOS	36
6.2.1	Geral	36
6.2.2	Específicos	36
6.3	METODOLOGIA	36
6.3.1	Primeira etapa	37
6.3.2	Segunda etapa	38
6.3.3	Terceira Etapa	39
6.3.4	Quarta Etapa	40
6.3.5	Avaliação	42
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	44
	APÊNDICES	46
	APÊNDICE A	46
	Consumo x Consumismo	46
	APÊNDICE B	48
	Lixo Eletrônico	48
	APÊNDICE C	49
	As consequências dos maus hábitos de consumo	49
	ANEXOS	52
	ANEXO A	52
	Modelo de Planilha de Orçamento Pessoal ou Familiar	52
	Modelo de Planilha de Controle de Gastos	54

1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC orienta os professores a abordarem temas como Educação Financeira de maneira transversal e integradora. Na Matemática este tema está incorporado à unidade temática número. A base destaca a importância da Educação Financeira com o advento das transformações que a sociedade vem sofrendo em razão da tecnologia, exigindo dos cidadãos uma compreensão do mundo do trabalho, enfatiza a importância de empreender individualmente e de que forma os conhecimentos financeiros podem impactar positivamente nessa tomada de decisão através de uma análise crítica das situações do cotidiano, principalmente no que tange aos hábitos de consumo e o consumismo.

A Educação Financeira é o ponto de partida para a alfabetização financeira, tão necessária para uma maior independência e qualidade de vida dos cidadãos. De que forma o ensino de Matemática pode trazer contribuições para a educação financeira dos estudantes? Quais as melhores formas de abordagem desse tema tão atual e necessário nas aulas de Matemática? Essas e outras perguntas nortearam nossa pesquisa.

Devidos as altas taxas de inadimplência que existe no Brasil que consequentemente tem como principal fator a falta de Educação Financeira pressupomos que os profissionais da educação também estão incluídos nessas pesquisas que tratam de endividamento e inadimplência, trazemos aqui uma proposta de atividade que pretende auxiliá-los no trabalho com Educação Financeira na sala de aula.

Neste trabalho iremos destacar os principais impactos – endividamento, inadimplência, consumismo e produção de lixo – que a falta de Educação Financeira traz às famílias brasileiras e, para conscientizar ou até mesmo apresentar os problemas que são trazidos pela falta de alfabetização financeira. Diante disso, propomos na sequência didática com algumas atividades que podem ser abordadas tanto nos anos finais do Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, que envolvem contextos de Educação Financeira, buscando sempre abordar temas e relacionar conteúdos de outras disciplinas, obedecer aos limites de cada uma e realizando a transversalidade.

A mesma poderá ser estudada e/ou implementada por professores para alunos do ensino fundamental – 7º, 8º e 9º ano – e ensino médio, levando em consideração as competências e habilidades de cada ano. Na Matemática vamos explorar principalmente, mas não unicamente, o conceito e as aplicações de porcentagem, por meio de textos que falam sobre consumo e consumismo, endividamento e inadimplência e produção de lixo.

2 O ENSINO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em 2013 o Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF¹ promoveu uma série de documentos destinados a difundir experiências e casos de sucesso na América Latina como ferramenta de disseminação do conhecimento à implementação das melhores práticas em desenvolvimento de negócios e transformações produtivas. No Brasil o CAF apoia iniciativas em infraestrutura, transformação produtiva, mobilidade urbana, eficiência energética, telecomunicações, turismo, meio ambiente, Pequenas e Médias Empresas (PME), microfinanças, conhecimento, fortalecimento institucional, entre outras, através da preparação e financiamento de projetos – nos setores públicos e privados – com operações de crédito e recursos não reembolsáveis.

Entre esses documentos temos “A Educação Financeira na América Latina e no Caribe: situação atual e perspectivas”.

Este relatório é o resultado da colaboração entre a Organização para a Cooperação e os Desenvolvimento Econômico (OCDE) e sua Rede Internacional de Educação Financeira (INFE, por sua sigla em inglês), Banco da República (Colômbia), Fundo de Garantia das Instituições Financeiras da Colômbia (Fogafin) e CAF-Banco de Desenvolvimento da América Latina, como prelúdio à Conferência Internacional sobre Educação Financeira, Progresso de Políticas e Práticas Globais e Experiência Latino-Americana, evento realizado em Cartagena (Colômbia) entre 31 de outubro e 1 de novembro de 2012, e que contou com o apoio do Banco Mundial (CAF, 2013, p. 7).

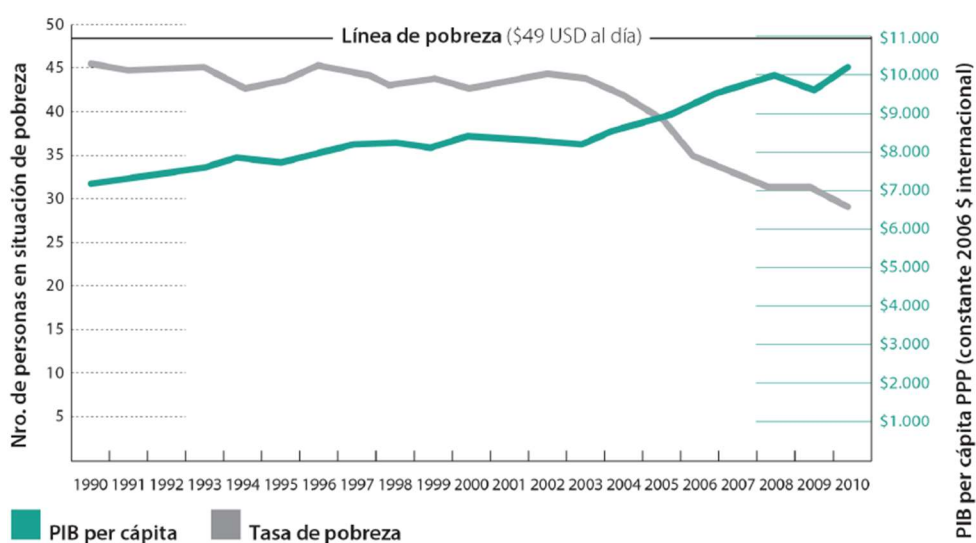
Para demonstrar a importância desse tema para nossa região reuniram-se em Cartagena mais de 200 especialistas de 49 países para debaterem sobre políticas atuais e programas regionais bem-sucedidos. Nesse documento destaca-se a importância da Educação Financeira como componente político eficaz, sendo reconhecido pelos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas nas economias latino-americanas, acarretando numa sequência de iniciativas destinadas a aumentar os níveis de Educação Financeira da população, ou para complementar o desenvolvimento de projetos para promover a Educação Financeira e/ou a proteção do consumidor.

¹ O CAF é um banco criado em 1970 e composto por 19 países, sendo 17 na América Latina e no Caribe – entre eles o Brasil –, Espanha e Portugal, e 13 bancos privados na região. Essa autarquia tem como objetivos promover um modelo de desenvolvimento sustentável, por meio de operações de crédito, recursos não reembolsáveis e apoio na estruturação técnica e financeira de projetos nos setores públicos e privados da América Latina.

Dentre as várias abordagens sobre a importância da Educação Financeira que consta nesse documento, os responsáveis de desenvolvimento de políticas públicas – tema que se tornou prioridade no mundo para as organizações internacionais, instituições multilaterais e fóruns internacionais (como a OCDE, o Banco Mundial, o G20, o Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico – APEC e a Associação de Nações do Sudoeste Asiático – Asean) – reconhecem a necessidade de expor deficiências que existem nessa área através de iniciativas como as estratégias nacionais de Educação Financeira.

As justificativas de Educação Financeira na América Latina e Caribe tiveram sua devida importância logo após o fim da crise econômica mundial de 2008 em que os países dessa região se mostraram resilientes diante de um evento como este, pois eles foram na contramão dos países de outras regiões. Houve um crescimento econômico em relação às economias do resto do mundo, devido ao crescimento sustentado do Produto Interno Bruto – PIB² e a ascensão da classe média. Aproveitando essa onda positiva frente a uma crise mundial, governos desses países se esforçaram e implementaram uma série de políticas públicas para garantir avanço econômico e o apoio às metas de desenvolvimento sustentável. Como consequência notamos uma redução da pobreza e da desigualdade social na região (figura 1).

FIGURA 1: PIB PER CAPITA E NÍVEL DE POBREZA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE



Fonte: (CAF, 2013)

² É a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano.

Devido à estabilidade econômica, às altas taxas de crescimento, melhores resultados educacionais, um mercado de trabalho mais inclusivo, redes de proteção mais amplas, à redução da inflação na maioria dos países dessa região – favorecendo a estabilidade econômica, o crescimento positivo do PIB desde 2003 em relação aos países membros da OCDE³, ou seja, acima da média mundial e o poder de compra dos indivíduos –, tiveram um bom desempenho entre os anos de 2002 e 2010.

Porém apesar de todos esses avanços econômicos a América Latina e o Caribe continuam sendo as regiões com maior desigualdade social do mundo. Reflexo disso dá-se pela renda *per capita*, acesso à infraestrutura e serviços básicos, e em geral nos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁴.

Para isso a região tem a enfrentar alguns desafios como a redução das desigualdades sociais, pareado com o desenvolvimento e crescimento econômico, por meio de uma efetiva diminuição e concentração de renda e obtenção de melhores resultados utilizando os componentes do IDH, aproveitando novas oportunidades em que isso depende criticamente de suas habilidades, entre elas a Educação Financeira. “De fato, a educação financeira é uma das ferramentas de política atualmente implementada pelos governos latino-americanos para que desenvolva as habilidades necessárias em sua população” (CAF, 2013, p 21).

Um fato que está diretamente ligado à desigualdade é a falta de inclusão financeira. Um aumento de 10% no acesso aos serviços financeiros gera uma redução de 0,6 pontos percentuais no coeficiente de Gini⁵, ressaltando que o esse coeficiente pode ser medido de 0 a 1 ou de 0% a 100% em que 0% seria a igualdade plena e 100% a plena desigualdade. Em geral os acessos aos serviços financeiros e em particular ao crédito são baixos na América Latina e isto se dá pela falta de uma estrutura institucional para promover a concorrência e o desenvolvimento do sistema financeiro.

Altos níveis de ineficiência e margens altas dos intermediários financeiros impedem os bancos tradicionais de oferecer seus serviços a populações

³ Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

⁴ Medida criada para avaliar a qualidade de vida e o desempenho econômico de uma população.

⁵ Coeficiente utilizado para medir o nível a desigualdade social de um país, estado ou cidade.

geograficamente dispersas ou com baixos níveis de renda. Consequentemente, as estratégias de inclusão financeira se concentraram até o tempo para reduzir essas barreiras de acesso no lado da oferta (CAF, 2013, p. 23).

Isso fica ainda mais evidente no Brasil em que grande parte da renda do brasileiro está concentrada praticamente em cinco bancos, sendo quatro brasileiros (Banco do Brasil, Caixa – sendo esses públicos –, Bradesco, Itaú – sendo esses privados) e Santander, o maior banco estrangeiro no Brasil. Isso e mais o nível de inadimplência faz com que essas instituições ofereçam crédito a juros exorbitantes, tornando o Brasil o país com uma das maiores taxas de juros do mundo.

Notamos, através do processo de inclusão financeira, que a Educação Financeira é o ponto de partida para a alfabetização financeira. Quanto a isso a CAF orienta os países a buscarem projetos que implementam programas de Educação Financeira eficientes e que sejam eficazes quando executados, por meio de políticas públicas, programas que meçam o nível de conhecimento e entendimento das questões financeiras da população. Ainda nesse contexto, observa-se que a situação está melhorando, graças a políticas públicas terem adotado melhores práticas no mundo todo, entre essas melhorias estão a cooperação entre as economias da região e organizações internacionais.

Nota-se que há um crescente interesse pelas políticas de Educação Financeira, que segundo a pesquisa está desempenhando um papel cada vez mais relevante, consideradas pelos governos da região como soluções oportunas e relevantes, tendo em vista as necessidades tanto da crescente classe média quanto das áreas mais pobres da população da região.

Em 2012 o CAF, juntamente com o Banco da República e o Fundo de Garantia das Instituições Financeiras da Colômbia (Fogafin), desenvolveu e conduziu uma pesquisa com o intuito de avaliar as políticas e iniciativas mais recentes de Educação Financeira, identificar seus principais atos, os públicos-alvo selecionados, os canais de distribuição, a existência de programas de Educação Financeira nas escolas, a avaliação de programas e, por fim, o desenvolvimento de estratégias nacionais de Educação Financeira, com a participação de 28 instituições e dezesseis países da América Latina e Caribe: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Notou-se que poucos países construíram uma estratégia nacional de Educação Financeira, por outro lado, a maioria desenvolveu iniciativas e programas, sendo um desses o programa de Transferência Monetária Condicional – TMC, apesar de ainda não haver um processo de avaliação.

Outra pesquisa que devemos destacar é a da OCDE / INFE realizada em 2012, que foi desenvolvida com o objetivo de determinar as bases para a análise de estratégias e constatou que todos os países da região contêm elementos de uma estratégia regional. Nesse momento o Brasil é um dos países que já tem a sua estratégia totalmente implementada.

Os casos do Brasil, México e Peru se destacam na amostra. No Brasil, a cooperação ocorre no âmbito de uma estratégia de educação financeira totalmente implementada, permitindo a coordenação de iniciativas e o esforço conjunto entre os setores público e privado. No México, a cooperação ocorre dentro do Comitê de Educação Financeira, criado em 2011 para organizar e alinhar os esforços de educação financeira e desenvolver uma estratégia nacional nesse assunto. No Peru, a cooperação entre o governo e o setor privado ocorre dentro da estrutura de projetos de educação financeira relacionados ao programa de transferência condicional de renda Juntos, em que o setor privado desempenha um papel importante em sua implementação (CAF, 2013, p. 40).

As iniciativas das estratégias nacionais partem principalmente de bancos centrais, superintendências, ministérios da educação e finanças/economia, seguradores de depósito e agências governamentais.

3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Incluir Educação Financeira nas escolas é peça chave das Estratégias Nacionais – sendo essa política desenvolvida por bancos centrais, ministérios da educação e setor privado. Atualmente as iniciativas de Educação Financeira nas escolas não fazem parte destas Estratégias.

Outro fator que devemos considerar por meio da Inclusão da Educação Financeira nas escolas é termos um resultado melhor no que tange à alfabetização financeira. Expandir a cultura de alfabetização financeira cria mecanismos para gerar efeitos positivos na educação e na vida financeira de pais e alunos.

As diretrizes do INFE⁶ para Educação Financeira nas escolas, colaborado pelo Guia de Estruturas de Aprendizagem, tem como objetivo disponibilizar aos implementadores de políticas diretrizes internacionais para apoiá-los na elaboração de projetos, introdução e implementação eficaz e eficiente de programas de Educação Financeira nas escolas. O ministério das finanças da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – sigla do inglês *Asia-Pacific Economic Cooperation* – (APEC) também reconhece a inclusão da Educação Financeira nas escolas como um importante componente para a educação do século XXI (CAF, 2013).

Dentre essas diretrizes está que a Educação Financeira deve ser integrada aos currículos escolares, envolvendo a comunidade, ter como público-alvo todas as crianças sob sua jurisdição, devendo ser precedida de um estudo de Estado e do nível de alfabetização financeira dos jovens. O INFE também recomenda envolver o Ministério da Educação e outras entidades educacionais que estejam interessadas, buscando sempre atender às necessidades nacionais e locais.

Outro programa que também avalia o nível de alfabetização financeira é o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA), que avalia o conhecimento de estudantes de quinze anos em 65 países em Matemática, Leitura e Ciência. Para eles o conjunto de informações avaliados contribui para gerar investigações dos mais importantes fatores ligados aos níveis de alfabetização

⁶ Rede Internacional de Educação Financeira

financeira dos adolescentes e ajuda a apontar medidas políticas que talvez possam ser utilizadas para melhorar esse nível no futuro.

3.1 ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF criada pelo decreto 7.397/2010 e instituída pelo decreto 10.393/2020 como nova ENEF e Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF tem como finalidade promover a Educação Financeira secundária, previdenciária e fiscal no País. Ao FBEF compete implementar e estabelecer os princípios da ENEF; divulgar, compartilhar e promover as ações de Educação Financeira, secundária, previdenciária e fiscal. O FBEF é composto por representantes do Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários; Superintendência de Seguros Privados; Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria Especial da Fazenda do Ministério da Economia; Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e Ministério da Educação.

A ENEF, que tem como objetivo prover ações de Educação Financeira no Brasil, contribuir para o fortalecimento da cidadania, ajudar a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes (BRASIL, 2020).

Como podemos perceber, em 2010 foi criada uma iniciativa para o ensino Educação Financeira, mas antes se estabelece a Estratégia no Brasil. Em 2003, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, na sigla em inglês), sugerida pelos países membros, incluiu a temática Educação Financeira em sua pauta de discussão. O projeto *Educação Financeira*, aprovado pelo conselho para os anos de 2003-2004 deveria ser desenvolvido nos próximos anos.

A partir daquele momento, os 34 países membros da organização e países não-membros como o Brasil passaram a ser orientados, em suas ações, pelas diretrizes produzidas pela OCDE com o objetivo de educar financeiramente seus cidadãos (SILVA, 2013, p. 2).

Todavia o objetivo foi identificar e analisar estudos sobre a Educação Financeira nos países membros da OCDE. Além disso, a organização estava focada em descrever os diferentes programas que já haviam sido implementados nos países membros na época e avaliar sua eficácia. Esse estudo também buscava

informações sobre as ações que estavam sendo sugeridas pelos países membros e de que forma as políticas públicas poderiam melhorar a Educação Financeira e a conscientização de seus cidadãos.

Por isso o governo analisou três pontos do público dessa região: a existência de um número crescente de trabalhadores que teriam que contar com suas pensões e suas economias pessoais para financiar sua aposentadoria; o segundo ponto era a constatação de que muitos consumidores, em particular jovens, se endividavam pela maneira como estavam lidando, por exemplo, com os cartões de crédito e as contas com telefonia móvel; e por último, o estudo indicava uma situação contraditória: se, por um lado, havia um crescimento no número de operações financeiras realizadas eletronicamente que sugeria a necessidade de que as pessoas tivessem pelo menos uma conta bancária, por outro lado o que foi constatado em vários países é que uma porcentagem significativa de consumidores não participa do sistema financeiro.

Outros fatores como a complexidade e a variedade de produtos financeiros disponíveis para consumidores, por exemplo as múltiplas ofertas como taxa de juros, prazos e honorários, o crescimento da expectativa de vida das pessoas e o baixo nível de conhecimentos financeiros dos consumidores corroboraram para a importância da Educação Financeira dos cidadãos.

Diante do exposto a ENEF teve como iniciativa em 2017 o desenvolvimento de uma Rede Nacional de Educação Financeira em que foram convidadas instituições de Ensino Superior para servir como polo de Educação Financeira. As instituições que desenvolveram os cursos foram: Universidade Federal de Itajubá de Minas Gerais; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal da Fronteira Sul do campus de Chapecó e; Universidade Federal de Tocantins do *campus* de Palmas. Nessas instituições foram ofertados cursos de pós-graduação para professores da rede pública.

Na Universidade Federal de Itajubá promoveu o curso de Capacitação em Educação Financeira para professores da Educação Básica com 150 vagas distribuídas entre escolas das 47 Superintendências Regionais de Ensino (SRE). Esse curso teve uma carga horária total de 258 horas, início em março de 2018 e finalizou em novembro do mesmo ano, contabilizando 10 meses de duração. No quadro 1 a seguir está distribuída a carga horária do curso.

QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO

CONTEÚDOS	Carga Horária
Introdução à Educação Financeira	28h
Fatores comportamentais e a Educação Financeira	28h
Alfabetização e Letramento Financeiro	28h
Educação Financeira nas Escolas (Curso AEF-Brasil: Material didático)	40h
Vida pessoal e social	42h
Empreendedorismo e grandes projetos	42h
Economia e Bens públicos	42h
Carga Horária dos módulos (disciplinas online)	250h
Seminário de Encerramento: avaliação do curso e apresentação de projetos	8h
Carga Horária Total	258h

Fonte: (ENEF, 2018)

No Instituto Federal da Paraíba foi desenvolvido um curso de Especialização em Educação Financeira com a proposta da Avaliação de Impacto do Projeto sobre as escolas da Rede Pública Estadual da Paraíba que envolveu 50 professores da rede estadual de Educação da Paraíba, com início em julho de 2019 e término em agosto de 2019.

A Universidade Federal da Fronteira Sul desenvolveu um curso piloto de aperfeiçoamento em Educação Financeira para 120 professores e técnicos da rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, na modalidade EaD. Este curso tem carga horária de 180 horas com início em agosto de 2018 e fim em março de 2019. A seguir no quadro 2 encontra-se a matriz operacional do curso.

QUADRO 2: MATRIZ OPERACIONAL

CONTEÚDOS	Carga Horária
Apresentação do curso	4h
Introdução à Educação Financeira AEF-Brasil	24h
Fundamentos da Neurociência aplicada à educação e ao consumo	24h
Interface entre a Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	32h
Matemática e Educação Financeira	24h
Economia e Finanças Comportamentais	24h
Planejamento e Orçamento Familiar	24h
Formação Humana Integral	24h
Elaboração de Projetos de Intervenção (Plano de Aula)	*
Carga Horária Total	180h

Fonte: (ENEF, 2018)

Na Universidade Federal de Tocantins no campus de Palmas ofertou o curso de Aperfeiçoamento em Educação Financeira para 50 professores e 40 multiplicadores da Rede Estadual de Tocantins, na modalidade de EAD, com acompanhamento de projeto de intervenção por meio de pesquisa-ação. Este curso teve uma carga horária de 194 horas com início em maio de 2017 e fim em novembro do mesmo ano, contabilizando 6 meses de duração. A seguir no quadro 3 vemos a matriz operacional do curso.

QUADRO 3: MATRIZ OPERACIONAL

MÓDULO	MODALIDADE	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
Seminário Inaugural	Presencial	12h	10 e 11/05
Introdução a Educação Financeira	EaD	40h	18/05 a 07/06
Material didático de Educação Financeira	EaD	10h	26 a 30/06
Planejamento Financeiro e Orçamento Familiar	EaD	10h	01 a 31/08
Economia e Finanças Comportamentais	EaD	10h	01 a 30/09
Consumo Consciente e Dicas Comportamentais	EaD	12h	01 a 30/10
Empreendedorismo	EaD	8h	01 a 15/11
Seminário de Encerramento	Presencial	12h	29 e 30/11
CARGA HORÁRIA TOTAL		194h	

Fonte: (ENEF, 2018)

Além de ter promovido essas iniciativas de Educação Financeira a ENEF também disponibiliza no seu site, temas, vídeos, artigos, jogos e material didático para professores e alunos do ensino fundamental e médio.

Atualmente, o governo federal através do Ministério da Educação (MEC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) criaram o Programa Nacional de Educação Financeira nas Escolas voltado para professores da educação básica. Esse programa visa formar 500 mil professores em 3 anos. Atualmente o programa está oferecendo cursos que podem ser encontrados no *site* www.edufinanceiranaescola.gov.br. Já foram ofertados cursos para o 9º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio. Nesse momento estão abertas as inscrições para os cursos do 1º e 2º ano do ensino fundamental.

4 BNCC E A ÁREA DA MATEMÁTICA

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento homologado em 2018, visa a normatização e define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que os alunos precisam desenvolver no decorrer das etapas da Educação Básica. Amparado pela Lei nº 9.394/1996, artigo 1ª da Lei de Diretrizes e Base da Educação Básica – LDB, sendo esse orientado pelos princípios éticos, políticos, e estéticos, visando à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva conforme os fundamentos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN.

A BNCC tem como objetivo o fortalecimento do regime de colaboração das três esferas de governo, orientar que sistemas, redes e escolas garantam o nivelamento de aprendizagem a todos os estudantes. A Base está fundamentada em dez competências gerais que se inter-relacionam no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e garantem, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Para a BNCC a Matemática é “o conhecimento necessário para todos os alunos, por sua grande aplicação na sociedade contemporânea e suas potencialidades na formação de cidadãos críticos, cientes de suas responsabilidades sociais”. No Ensino Fundamental é indispensável o compromisso de desenvolver o letramento matemático, expressos como as competências e habilidades – que estão relacionadas a algumas formas de organização da aprendizagem fundamentadas em análise de situações da vida cotidiana – de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente.

Além disso a Base considera os diferentes campos que compõe a Matemática, entre eles um conjunto de ideias fundamentais que criam encadeamentos entre eles: equivalência, ordem, proporcionalidade, interdependência, representação, variação e aproximação. Também propõe cinco unidades temáticas correlacionadas: Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas e Estatística e Probabilidade.

No Ensino Médio a BNCC sugere a consolidação, a ampliação e o

aprofundamento das aprendizagens desenvolvidas no Ensino Fundamental, centrado na construção integrada da Matemática, aplicadas à realidade, em diferentes contextos em que os estudantes devem desenvolver habilidades relativas aos processos de investigação, de construção de modelos e de resolução de problemas para que os mesmos desenvolvam competências que os permitam raciocinar, representar, comunicar e argumentar.

4.1 ORIENTAÇÕES DA BNCC PARA ABORDAGENS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Conforme a BNCC, temas como Educação Financeira devem ser abordados de maneira transversal e integradora. Na Matemática este tema está incorporado à unidade temática número, e segundo a Base,

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente, educação para o trânsito, educação ambiental, educação alimentar e nutricional, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural. Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada (BNCC, 2018, p. 19).

Como vimos a BNCC destaca a importância da Educação Financeira com o advento das transformações que a sociedade vem sofrendo em razão da tecnologia, exigindo dos cidadãos uma compreensão do mundo do trabalho e enfatiza a importância sobre o empreendedorismo individual e de que forma os conhecimentos financeiros podem impactar positivamente nessa tomada de decisão através de uma análise crítica das situações do cotidiano, principalmente no que tange ao consumismo.

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e

tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos (BNCC, 2018, p. 269).

Podemos destacar que em vários momentos a BNCC, em seu conjunto de habilidades, especialmente na Matemática, apresenta conceitos que possibilitam a abordagem da Educação Financeira. A seguir vamos destacar no quadro 4 algumas habilidades de acordo com o ano e com a unidade temática do Ensino Fundamental e ensino médio

Conforme a BNCC, a Educação Financeira deve ser tratada de maneira transversal, ou seja, aquilo que atravessa, que não pertence a uma área específica do conhecimento, mas que transpassa por todas elas, que trazem para si a realidade do cotidiano do estudante, garantindo a autonomia do ensino de cada disciplina e seus respectivos professores e valorizando os conhecimentos abordados em cada uma delas, sem desmerecer sua importância no processo de ensino aprendizagem do aluno. No quadro 4 a seguir estão dispostas as habilidades, inerentes a Educação Financeira, que poderão ser abordadas no ensino de Matemática.

QUADRO 4: ABORDAGENS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA MATEMÁTICA

ANO	HABILIDADE
2º	Estabelecer a equivalência de valores entre moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações cotidianas.
3º	Resolver e elaborar problemas que envolvam a comparação e a equivalência de valores monetários do sistema brasileiro em situações de compra, venda e troca.
4º	Reconhecer que as regras do sistema de numeração decimal podem ser estendidas para a representação decimal de um número racional e relacionar décimos e centésimos com a representação do sistema monetário brasileiro; Resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento, utilizando termos como troco e desconto, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável

5º	Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros
6º	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros
7º	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros
8º	Resolver e elaborar problemas, envolvendo cálculo de porcentagens, incluindo o uso de tecnologias digitais. Avaliar a adequação de diferentes tipos de gráficos para representar um conjunto de dados de uma pesquisa.
9º	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira.
Ensino Médio	Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões

Fonte: (BNCC, 2018)

Percebemos que há algumas habilidades na BNCC que exigem a utilização de conceitos que envolvam contextos de Educação Financeira, apesar da Base instituí-la apenas como tema transversal. Então, principalmente no Ensino Fundamental, é possível trabalhar situações do cotidiano relacionadas a Educação Financeira, buscando aproximar o cotidiano do aluno aos assuntos abordados através do uso de ferramentas tecnológicas ou não, uma vez que assuntos ligados a

finanças possibilitam o uso de materiais didáticos simples acessíveis a todos.

Além disso é importante destacar que trazer a discussão de assuntos ligados a Finanças Pessoais para dentro do ambiente escolar possibilita ao aluno expor sua opinião de situações que eles vivenciaram e vivenciam no seu cotidiano, portanto a partir dessas indagações é que podemos fazer com que a aula seja mais produtiva através do compartilhamento de práticas vivenciadas por cada aluno, juntamente com seus familiares, sobre Finanças Pessoais.

5 POR QUE TRABALHAR EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA?

Atualmente, em 2022, segundo pesquisa da Peic⁷, 76,6% das famílias brasileiras estão endividadadas e essa situação se agravou ainda mais durante a crise da pandemia da Covid-19⁸, em que foram impostas restrições sanitárias para conter a disseminação do vírus e juntamente com isso houve crescimento do desemprego. Esses impactos podem ser analisados a seguir através do percentual do nível de endividamento por categoria no ano de 2022 na tabela 1.

TABELA 1: NÚMERO DE FAMÍLIAS COM CONTAS ATRASADAS É MAIOR EM 12 ANOS

Nível de endividamento (% em relação ao total de famílias)			
Categoria	Fevereiro 2021	Janeiro de 2022	Fevereiro de 2022
Muito endividado	13,9%	16,6%	17,4%
Mais o menos endividado	24,4%	26,0%	26,7%
Pouco endividado	28,4%	33,5%	32,6%
Não tem dívidas desse tipo	33,2%	23,9%	23,4%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 2022

Ainda sobre a pesquisa do percentual de famílias endividadadas, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo apresenta na tabela 2 a seguir os tipos de dívidas e seus respectivos percentuais.

⁷ Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

⁸ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos.

TABELA 2: NÚMERO DE FAMÍLIAS COM CONTAS ATRASADAS É MAIOR EM 12 ANOS

Tipos de dívidas (% de famílias endividadadas)			
Fevereiro de 2022			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM⁹	+ de 10 SM
Cartão de Crédito	86,5%	86,5%	87,0%
Cheque especial	5,7%	5,9%	4,5%
Cheque pré-datado	0,6%	0,6%	0,5%
Crédito consignado	6,5%	6,5%	6,8%
Crédito pessoal	9,2%	9,4%	8,0%
Carnês	19,9%	20,4%	16,9%
Financiamento de carro	11,7%	9,9%	20,0%
Financiamento de casa	9,1%	7,4%	17,2%
Outras dívidas	2,0%	2,1%	1,2%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,1%	0,1%	0,1%

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 2022

Ainda nesse contexto, de acordo com o *Serasa experian*¹⁰, sete são as principais causas do endividamento no Brasil: aumento do desemprego; diminuição da renda média familiar; compras para terceiros; ausência de Educação Financeira; falta de controle nos gastos; atrasos de salários e enfermidades.

Em consequência do desemprego muitas famílias acabam se endividando e tornando-se inadimplentes. Isso dá-se devido à falta de gestão no orçamento doméstico que é essencial para que as famílias vivam conforme sua receita, não ultrapassando a mesma, vivendo somente com o essencial sem deixar de desfrutar do lazer que um bom planejamento pode proporcionar, acarretando assim o bem-estar da família. Além disso:

Vivemos diariamente situações financeiras e econômicas que envolvem consumo, poupança, proteção e investimento, em que os nossos desejos, preferências, análises, princípios, valores e escolhas estão presentes e conectadas. Do orçamento financeiro pessoal/familiar aos nossos padrões

⁹ Salário-Mínimo

¹⁰ Marca brasileira responsável pela análise e informações para decisões de crédito e apoio aos negócios.

de consumo; das compras pelos aplicativos às discussões sobre questões demográficas e previdenciárias; das escolhas por produtos sustentáveis ou mais baratos à forma como escolhemos o combustível do automóvel; das nossas decisões sobre onde vamos passar as férias aos planos e estratégias para realizar determinados sonhos, a Educação Financeira aqui abordada será um convite à reflexão sobre situações do dia a dia na busca pelo exercício crítico da cidadania, integrando aspectos matemáticos (em especial da matemática financeira) e não matemáticos (dentre eles os sociais, comportamentais, e ambientais - em especial da psicologia econômica e da sustentabilidade) (JUNIOR, 2020).

Portando acreditamos que a falta dos conhecimentos básicos sobre o mercado financeiro e os altos níveis de inadimplência dos brasileiros justifica uma política que possibilite aos cidadãos a lidarem com essas situações, pois as mesmas estão presentes em nosso no dia a dia. Logo, o ensino de Educação Financeira nas escolas é uma iniciativa que contribuirá para formar cidadãos capazes de compreender situações financeiras do seu cotidiano, tornando-os conscientes quanto aos seus hábitos de consumo e possivelmente contribuir para uma melhor qualidade de vida.

6 SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Essa Sequência Didática tem como proposta apresentar uma atividade para ser desenvolvida na sala de aula no contexto da Educação Financeira de acordo com a BNCC.

A metodologia será de forma expositiva e dialogada, por meio da exploração dos textos apresentados, buscando aproximar as discussões ao cotidiano dos alunos, direcionando o diálogo para um olhar crítico construtivo capaz de produzir conhecimento global, regional e local, por meio de intervenções sociais, abordando a importância do conhecimento matemático para tomada de decisões assertivas.

6.1 CONTEÚDOS

Serão trabalhados problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros;

Exploraremos também problemas que envolva cálculo de porcentagens, incluindo o uso de tecnologias digitais avaliando a adequação de diferentes tipos de gráficos para representar um conjunto de dados de uma pesquisa; e

Elaboraremos problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira.

No Ensino Médio, na competência 2 que propõe participar de ações para averiguar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, destacamos a seguinte habilidade que está no contexto da Educação Financeira: Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões.

6.2 OBJETIVOS

6.2.1 Geral

Apresentar a professores e alunos uma proposta de sequência didática que abranja conteúdo da atualidade no que tange à Educação Financeira, através do ensino da Matemática, enfatizando a necessidade do ensino da Educação Financeira na Educação Básica.

6.2.2 Específicos

- ✓ Apresentar a diferenciação entre consumo e consumismo, mostrando as consequências do consumismo em nossa sociedade;
- ✓ Apresentar os impactos da inadimplência na vida das famílias brasileiras e a importância do consumo consciente;
- ✓ Mostrar a importância da Educação Financeira e elaborar um orçamento familiar;
- ✓ Interpretar informações contidas em tabelas e gráficos como forma de comunicação, reconhecendo sua importância no cotidiano, como instrumento de análise; e
- ✓ Resolver situações problemas a partir de dados apresentados de tabelas e gráficos através da compreensão do conceito de porcentagem e as técnicas para calculá-la.

6.3 METODOLOGIA

Essa sequência, que tem duração prevista de 6 a 8 aulas, está organizada para ser desenvolvida em quatro etapas e tem como objetivo abranger conteúdo do 7º, 8º, 9º ano e ensino médio, valorizando as competências e habilidades de cada um. A primeira, segunda e terceira etapas podem ser apresentadas da mesma forma para todos os anos, respeitado a limitação de cada um. O que vai diferir em cada ano é como cada professor vai explorar a interpretação dos gráficos e a introdução do conceito de porcentagem.

Na primeira etapa será explorada a questão da leitura e interpretação dos textos apresentados nos apêndices. Esse texto tem como objetivo provocar o

pensamento crítico reflexivo no que tange às questões de consumo e consumismo, a produção de lixo eletrônico e inadimplência do consumidor brasileiro. Na segunda etapa será feita uma discussão do texto apresentado, buscando provocar os alunos a identificar os principais pontos abordados nele. O tempo estimado para as duas primeiras etapas será de uma aula cada.

Na terceira etapa iremos nos aprofundar na interpretação do texto, principalmente no que se refere aos gráficos apresentados. Nessa etapa indagaremos sobre a importância dos gráficos para tratamento da informação, de que forma eles contribuem para análise de dados de pesquisa e iremos identificar cada tipo de gráfico presente no texto. O tempo estimado para essa etapa será de duas aulas.

Na quarta e última etapa vamos explorar os conceitos matemáticos explícitos no texto, principalmente a interpretação dos gráficos e o conceito de porcentagem. Vale salientar que os conceitos de interpretação de gráficos e porcentagem serão explorados no que tange às habilidades do 7º, 8º, 9º ano e do ensino médio, buscando abordar o mesmo assunto em diferentes anos, valorizando as competências e habilidades de cada um. O tempo estimado para essa etapa será de duas a quatro aulas, pois será explorado o conceito de porcentagem e a montagem do orçamento familiar.

Ao final será solicitado a cada aluno que elabore um planejamento financeiro familiar onde será apresentado por cada um suas receitas e despesas familiares, destacando o percentual das receitas, caso seja uma receita variável, e o percentual de despesas. Essa atividade tem como objetivo analisar como cada aluno interpretará a situação atual da vida financeira da família através do percentual que cada despesa está ocupando no orçamento doméstico e com isso sugerir soluções para melhorar o orçamento. Também serão explicitados os conceitos de orçamento deficitário, superavitário e indiferente de cada planejamento.

6.3.1 Primeira etapa

Nessa etapa vamos apresentar aos alunos os textos que estão nos apêndices A, B e C e que trazem reflexões sobre consumo e consumismo, produção de lixo eletrônico e inadimplência. A princípio cada aluno fará uma leitura individual dos

textos que serão disponibilizados de forma impressa. Nesse primeiro momento buscaremos incentivar a leitura e a interpretação dos textos. Caso seja necessário podemos solicitar uma releitura dos textos para melhor fixação e interpretação.

Devemos observar, nessa primeira etapa, quais alunos estão com dificuldade de leitura e interpretação de texto, principalmente os alunos do 7º, 8º e 9º ano e buscar ferramentas que os incentivem a desenvolver o hábito de leitura e até mesmo apresentar esse problema para o discente de Língua Portuguesa, para juntamente buscarem maneiras de estarem praticando com os alunos leitura de textos.

6.3.2 Segunda etapa

Nessa etapa será feita a discussão crítica dos textos lidos na etapa anterior, destacando os principais pontos, esclarecendo a diferença que existe entre consumo e consumismo, mostrando que o consumo consciente é a forma mais adequada de consumir e que o consumismo é uma ação que gera dependência e desperdício, que gera lixo e conseqüentemente poluição do meio ambiente.

Um ponto importante a se destacar sobre o consumismo é a obsolescência programada, uma prática utilizada pelas indústrias para fabricarem os produtos com o ciclo de vida útil cada vez menor e assim incentivar o consumo de novos produtos, pois o anterior, segundo eles, já se tornou obsoleto. A discussão em torno da obsolescência programada pode trazer como exemplo os produtos eletrônicos, principalmente os *smarphones*, que são produtos muito consumidos pelos adolescentes e jovens na atualidade.

Arelada à obsolescência programada existe a obsolescência perceptiva ou psicológica, que é o fenômeno de *marketing* ou *Design* utilizado para estimular o consumo de um produto ou serviço devido ao lançamento de uma nova versão, com um estilo diferente ou alguma mudança na linha de produção. Um exemplo claro são os próprios *smartphones*, o prazo de lançamento de uma versão para outra, às vezes, não dura nem um ano, e a única coisa que altera é a qualidade da câmera, tamanho da tela ou a capacidade de armazenamento. Esse é um fator que estimula o consumo de um novo aparelho, mesmo que o anterior esteja funcionando em perfeito estado.

Nesse momento poderão ser levantadas questões que envolvam celulares,

como a seguinte situação problema: Em 2020 João comprou um celular por R\$1.000,00 e em janeiro de 2022 esse mesmo celular caiu e trincou a tela. O celular ainda funciona perfeitamente, porém por questão de estética, João decide trocar a tela do celular e constata que o valor de uma tela nova é R\$350,00. Na volta para casa João é surpreendido por um anúncio de um celular novo semelhante ao seu em um aplicativo de compra e venda no valor de R\$1.300,00. A partir dessa situação o docente deverá incentivar a discussão com os alunos sobre qual a melhor decisão a ser tomada, levando em consideração os aspectos sociais, ambientais e financeiros, retomando discussões sobre obsolescência psicológica e programada.

6.3.3 Terceira Etapa

A leitura e interpretação de dados estatísticos em gráficos será o foco dessa terceira etapa. Através dos dados apresentados nos textos dos apêndices A, B e C iremos provocar os alunos a analisar os gráficos, identificar os diferentes tipos de gráficos (coluna, rosca e pizza) apresentados nos textos, bem como os dados constantes.

No segundo momento perguntaremos quais dos gráficos mais chamou atenção ou de que forma eles interpretam os gráficos, e estatisticamente como cada aluno interpretaria a questão da inadimplência no Brasil.

Nessa terceira etapa a discussão dos dados de cada gráfico será mediada destacando os pontos importantes presentes nas informações contidas neles.

No gráfico de barras, onde constam as informações de inadimplência dos brasileiros por estados, poderá ser discutida de forma geral a situação de inadimplência, suas principais causas e como evitá-la.

No gráfico de rosca, onde constam as informações de inadimplência em relação ao gênero, iremos levantar questões sobre a diferença salarial entre homens e mulheres e de que forma isso impacta negativamente na vida pessoal de cada um, uma vez que as campanhas de *marketing* são direcionadas majoritariamente às mulheres, apontando sugestões para que ambos, homens e mulheres, evitem o consumo de produtos que são apenas fruto do desejo de cada um.

No gráfico de pizza que é onde constam as informações de inadimplência por

faixa etária vamos destacar a importância de se planejar para evitar o consumo de produtos supérfluos, o desperdício e ter o nome negativado no Serasa.

No entanto todas essas discussões serão trazidas para o âmbito regional e local, buscando aproximar todos esses assuntos abordados ao cotidiano do aluno, respeitando as particularidades e necessidades de cada um.

6.3.4 Quarta Etapa

Essa etapa será dividida em três fases, em que cada fase obedecerá às competências e habilidades de cada ano, no que se refere ao objeto de estudo que é a porcentagem.

Para o sétimo e oitavo ano introduziremos o ensino de porcentagem através dos dados apresentados nos gráficos mostrando a importância da porcentagem no tratamento das informações e como ela pode ajudar na tomada de decisão e na elaboração de um Orçamento Familiar.

Para o nono ano e ensino médio, vamos focar mais na análise dos gráficos através da leitura, interpretação e representação dos dados da pesquisa, identificando elementos que podem induzir a erros de leitura ou interpretação.

Todos os alunos terão que elaborar um Orçamento Familiar que poderá ser feito no próprio caderno ou numa planilha eletrônica para quem tiver acesso a um computador. Caso a escola tenha um laboratório de informática, é uma ótima opção para utilizar o Excel ou outra planilha eletrônica.

O orçamento é uma ferramenta de planejamento pessoal ou familiar que tem como finalidade auxiliar na realização de um objetivo concreto como a compra de uma casa, carro, moto, bicicleta, celular, fazer uma faculdade, criar um projeto, viajar, dentre outras coisas. E todas essas coisas necessitam de recursos financeiros para serem adquiridos, por isso é importante que todos os recursos financeiros estejam devidamente anotados e organizados, pois é através desse orçamento que cada um terá ciência de onde vem e para onde está indo o seu dinheiro.

O orçamento é importante, pois é uma ótima oportunidade para cada um analisar sua vida financeira e, através disso, definir suas prioridades. O orçamento

possibilita conhecer sua realidade financeira, ajudar a escolher projetos, auxilia no planejamento financeiro, a definir suas prioridades, ajuda a identificar os hábitos de consumo, organizar sua vida financeira, a gerenciar imprevistos e consumir de forma consciente.

Para elaborá-lo é simples, e é importante que as receitas sejam sempre maiores que as despesas, pois consequentemente esse valor da receita se torna uma poupança, uma reserva de oportunidade ou de emergência. Então é uma equação simples: $\text{Receitas} - \text{Despesas} = \text{Poupança}$.

Uma forma prática de iniciar o orçamento é através das anotações de tudo que você ou sua família ganha e gasta durante um período. O ideal é criar o hábito de anotar tudo, começando por um período curto de uma semana, depois quinze dias, até chegar ao prazo ideal que é um mês, o período em que todas as receitas e despesas já estão acumuladas.

Existem várias maneiras de elaborar um Orçamento familiar, a que vamos apresentar aqui consiste em quatro etapas: planejamento, registro, agrupamento e avaliação.

A etapa do planejamento é utilizada para calcular as receitas e despesas do período diferenciando a receitas e despesas fixas das variáveis. Na etapa do registro é importante que seja anotado tudo, de preferência diariamente, evitando assim o esquecimento de um ou outro gasto ou ganho. Então é importante ter uma caderneta de anotações, ou uma agenda ou até mesmo essas anotações podem ser feita no celular, mas é essencial que todas essas anotações estejam em um único lugar, ou seja, no planejamento.

Na etapa do agrupamento é importante fazer as anotações conforme as características das receitas e despesas, como por exemplo, gastos com supermercado, padaria, com transporte, lazer. Ganhos com serviços extras, adiantamento do salário, salário. Isso irá auxiliar a fazer alguns ajustes ou cortes de gastos supérfluos. A etapa de avaliação é que vai dar o diagnóstico das finanças no mês. Se você gastou menos do que ganhou, ou seja, superavitário, se foi neutro, ou deficitário, que é gastar mais do que ganha.

Se for superavitário, ótimo, está no caminho certo, porém lembre a equação,

Receita – Despesas = Poupança, ou seja, o dinheiro que “sobrou” dever ser aplicado seja num investimento, na reserva de emergência ou de oportunidade. Se a receita for igual à despesa a situação já está ruim. Sugerimos identificar os gastos supérfluos e eliminá-los do orçamento, bem como despesas desnecessárias, como TV por assinatura, trocar o plano de internet por um mais em conta. Se for deficitária a situação é grave, então elimine todas as despesas que não são realmente necessárias, evite parcelas longas nas suas compras no cartão de crédito, obtenha uma renda extra para sanar suas dívidas e torna seu orçamento equilibrado e posteriormente superavitário.

O objetivo do orçamento é tornar as pessoas ou famílias superavitárias. Feito isso é importante cultivar o hábito de poupar e investir regularmente. Para que isso aconteça é importante ter consciência de que o merecedor de todos esses esforços é você mesmo, então antes de tudo, pague-se a si mesmo, ou seja, uma parte do que você ganha tem que ser exclusivamente sua, então reserve primeiramente 10%, 15% ou 20% do que é seu para gastar com você mesmo.

6.3.5 Avaliação

Será avaliada a participação e engajamento dos alunos durante as aulas no que tange às temáticas abordadas nos Apêndices, valorizando a percepção de cada aluno ao defender o seu posicionamento referente às situações financeiras do cotidiano. Também será avaliado de forma individual a maneira com que cada um fez o seu Orçamento Familiar ou Pessoal, da qual disponibilizamos um modelo de planilha que consta no anexo A desse trabalho, e como o conceito de porcentagem foi percebido por eles. Por fim cada aluno terá que explicitar suas dificuldades para elaboração do Orçamento e de que forma eles acreditam que essa atividade irá contribuir para a sua vida pessoal ou familiar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os esforços empenhados nesse trabalho foram com objetivo de mostrar de forma simples como levar a Educação Financeira para sala de aula através da Educação Matemática, e apresentar uma das várias maneiras de aproximar a Matemática do cotidiano e compreender que a Matemática faz parte do nosso dia a dia. Utilizar Matemática para oportunizar aos alunos a compreensão de que a Educação Financeira é uma Matemática da vida e para a vida é uma maneira de prepará-los para o mundo fora da escola.

Segundo Paulo Freire, “educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante”. A educação financeira deve servir para formar cidadãos conscientes não apenas em relação ao controle orçamentário, mas sim, criar pessoas que questionem os hábitos e comportamentos arraigados e que impactam o planeta hoje e nas gerações futuras.

Vale ressaltar que a não aplicação dessa sequência se deu, em parte, por causa da pandemia. A pretensão era aplicá-la na minha turma de sétimo ano do estágio, e como as aulas presenciais só retornaram há pouco tempo e, logo em seguida, os servidores da rede municipal de ensino entraram em greve, não foi possível realizar a parte prática. Porém vou seguir nessa linha de pesquisa para uma pós-graduação e um mestrado e pretendo aplicá-la em ambos.

Esperamos que esse trabalho que foi realizado com muito esforço e dedicação seja útil para posteriores trabalhos realizados com essa temática nas salas de aula e que cada profissional da educação abrace a causa, compreendendo-a como uma ação necessária para transformar os discentes em cidadãos críticos quanto às situações do seu cotidiano. Nesse sentido apresentamos essa proposta para guiar os profissionais que pretendem ou queiram trabalhar com a Educação Financeira na sala de aula.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Para o Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros 1ª ed., 2008, p.1-200.

BRASIL, Banco Central do. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. 72 p.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <<http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

BRASIL. **Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF; Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF**: Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020. Brasília. 09 de junho de 2020

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2022.

_____. **Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília; MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 23 de abril de 2022.

CAF. **Banco de desarrollo de américa latina**. Disponível em: <<https://www.caf.com/es/sobre-caf/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

_____. **la educación financiera em América Latina y el Caribe: situación actual y perspectivas**. Disponível e: <<http://scioteca.caf.com/handle/123456789/379>>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

CNC. **O perfil regional de endividamento e inadimplência das famílias brasileiras em 2013**. Disponível em: <[o_perfil_do_endividamento_das_familias_brasileiras_em_2013.pdf](#) (ibegi.org.br)>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

_____. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – fevereiro de 2022**. Disponível em: <<https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2022/03/8b2b15559da23f26f4dcf0ab4f628ff0.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2022.

GOV.BR. **MEC lança Programa Educação Financeira na Escolas**. Ministério da Educação. Disponível em: < MEC lança Programa Educação Financeira nas Escolas — Português (Brasil) (www.gov.br)>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

JUNIOR, Ivail Muniz. **Educação Financeira**. Olimpíada Brasileira de Matemática

Pura e Aplicada (OBMEP). Ed. Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA-OS) Anais do XI encontro Nacional de Educação Matemática, Versão 2, Rio de Janeiro, 2020, p. 1-107.

SERASA. **Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil hoje.** Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/consultaserasa/blog/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje>>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

_____. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil.** Disponível em: <[Mapa-da-inadimplencia-Fevereiro.pdf \(serasa.com.br\)](#)>. Acesso em: 02 de abril de 2022.

SILVA, Amarildo Melchiades. **Um programa de educação financeira para a matemática escolar básica.** Arthur Belford Powell. Anais do XI encontro Nacional de Educação Matemática, Curitiba, 2013, p. 1-17.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Consumo x Consumismo

Na atualidade muito se ouve falar sobre consumo e consumismo, mas será que os alunos sabem a diferença de cada um? Ou se estamos tratando de coisas totalmente diferentes? Essas e outras dúvidas serão sanadas durante a apresentação dessa sequência didática. Através dela deixaremos bem clara essa diferença e de que forma cada uma dessas palavras podem impactar positiva ou negativamente na vida de cada cidadão.

Consumo

O consumo é algo essencial a qualquer sociedade, ou seja, ele é necessário à subsistência do ser humano e faz parte da vida de qualquer indivíduo enquanto ser social. Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman,

Aparentemente, o consumo é algo banal, até mesmo trivial. É uma atividade que fazemos todos os dias, por vezes de maneira festiva, ao organizar um encontro com os amigos, comemorar um evento importante ou para nos recompensar por uma realização particularmente importante – mas a maioria das vezes é de modo prosaico, rotineiro, sem muito planejamento antecipado nem reconsiderações (BAUMAN, 2008, p. 28).

Para Bauman o consumo é um hábito humano quase que imperceptível, é banal, é como se esse ato fosse feito de forma inconsciente. Se compararmos isso ao processo de ingestão, digestão e excreção, podemos associá-lo a um elemento inseparável da sobrevivência biológica que compartilhamos com todas as outras espécies vivas ou organismos vivos. A princípio a primeira ideia que é associada ao consumo é justamente a de ingestão, todavia ao se adquirir uma roupa, eletrodoméstico, móveis etc., ou seja, todo e qualquer bem ou serviço que é adquirido por meio de uma moeda podemos chamar de consumo.

Com o decorrer da história a produção, armazenamento, distribuição e remoção de objetos de consumo, o que chamamos de atividade de consumo, foi se modificando – puderam ser reguladas, padronizadas e operadas por conjuntos de instituições independentes – e com isso a forma de comportamento do ser humano.

Foi sugerido (e essa sugestão é seguida e desenvolvida no restante deste capítulo) que um ponto de ruptura de enormes consequências, que, poderíamos argumentar, mereceria o nome de “revolução consumista”,

ocorreu milênios mais tarde, com a passagem do consumo ao “consumismo”, quando aquele, como afirma Colin Campbell, tornou-se “especialmente importante, se não central” para a vida da maioria das pessoas, “o verdadeiro propósito da existência”. E quando “nossa capacidade de ‘querer’, ‘desejar’, ‘ansiar por’ e particularmente de experimentar tais emoções repetidas vezes de fato passou a sustentar a economia” do convívio humano (BAUMAN, 2008, p. 29).

Com o advento do capitalismo os hábitos de consumo foram se modificando. Os anseios, desejos e necessidade ficaram sofisticados. O consumo saiu do patamar da necessidade para campo do desejo, do *status quo*, da visibilidade social e, usando um termo dos tempos atuais, do *like*, e assim surge o que chamamos de consumismo.

Consumismo

Vamos à definição: ato, efeito, fato ou prática de consumir demasiadamente. Qualquer conduta de característica compulsiva de adquirir objetos, serviços ou alimentos sem refletir sobre a necessidade é denominado consumismo.

Pode-se dizer que o “consumismo” é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, “neutros quanto ao regime”, transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto-identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais. O “consumismo” chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho (BAUMAN, 2008, p. 31).

O desejo de consumir renova a vontade dos consumidores tornando o consumismo como uma ferramenta de persuasão e atributo da sociedade. Consequentemente analisando o comportamento do indivíduo quanto ao que ele “deseja”, “quer” ou “almeja”, observamos que esses desejos e anseios mudaram com a passagem do consumo para o consumismo. Esse desejo de consumo exacerbado está associado à apropriação, podendo ser entendida como a posse de bens que garantam conforto e respeito.

A ideia de quanto mais tenho mais respeitado e admirado serei é o que faz com que indivíduos consumam sem necessidade. Na sociedade contemporânea a visibilidade social está acima de qualquer coisa, ou seja, “quanto mais visto, mais lembrado sou” e não poderia faltar o “quanto mais tenho, mais visível sou”, e claro, “compro, logo existo”.

A sociedade de produtores, principal modelo societário da fase “sólida” da modernidade, foi basicamente orientada para a segurança. Nessa busca, apostou no desejo humano de um ambiente confiável, ordenado, regular, transparente e, como prova disso, duradouro, resistente ao tempo e seguro. Esse desejo era de fato uma matéria-prima bastante conveniente para que fossem construídos os tipos de estratégias de vida e padrões comportamentais indispensáveis para atender à era do “tamanho é poder” e do “grande é lindo”: uma era de fábricas e exércitos de massa, de regras obrigatórias e conformidade às mesmas, assim como de estratégias burocráticas e panópticas de dominação que, em seu esforço para evocar disciplina e subordinação, basearam-se na padronização e rotinização do comportamento individual (BAUMAN, 2008, p. 31).

Portanto, a Sociedade dos Consumidores que se baseia nos padrões comportamentais se transforma em consumistas assumidos, fazendo disso seu principal objeto de superioridade em um mundo em que as desigualdades sociais crescem em níveis exponenciais, onde as lutas por uma sociedade mais justa e igualitária não passam da teoria, porque na prática esses mesmos almejam é se tornarem tão consumistas quanto tais, ou seja, hoje lutamos pelo desejo de sermos consumistas.

APÊNDICE B

Lixo Eletrônico

Segundo pesquisa feita pela ONU através da *The Global E-waste Monitor 2020* o Brasil foi o país que mais gerou lixo eletrônico na América Latina em 2020. Cerca de 1,5 milhão de toneladas de resíduos eletrônicos são gerados por ano no país. A pesquisa ainda aponta que apenas 3% do lixo eletrônico é reciclado ou descartado corretamente. Essa pesquisa ainda aponta que até 2030 o mundo produzirá 74 milhões de toneladas de lixo eletrônico, o que representa quase o dobro do atual.

O Lixo eletrônico contém substâncias ou aditivos tóxicos como mercúrio, clorofluorcarbonos (CFCs) ou hidroclorofluorcarbonos (HCFCs) e esses produtos representam grandes riscos ao meio ambiente e contribuem para a emissão de aproximadamente 0,3% de gás carbônico do mundo.

Como podemos observar um dos maiores problemas do mundo contemporâneo é o consumo exacerbado de produtos eletrônicos. Hoje o que percebemos é a curta duração da maioria dos produtos eletrônicos, o que chamamos de obsolescência programada, sendo isso consequência do rápido avanço da tecnologia. Outro fator que incentiva bastante o consumismo são as

mídias sociais. Elas estão a todo o tempo publicando propagandas de produtos através das redes sociais, onde a maioria dos jovens passa a maior do tempo hoje em dia. Isso desperta nas pessoas o que chamamos de consumo por impulso, ou seja, é aquela compra não planejada de algum produto ou serviço. E é aqui que percebemos a importância do orçamento pessoal ou familiar, pois com essa estratégia já definida dificilmente faremos alguma compra por impulso, uma vez que o orçamento já está todo definido.

APÊNDICE C

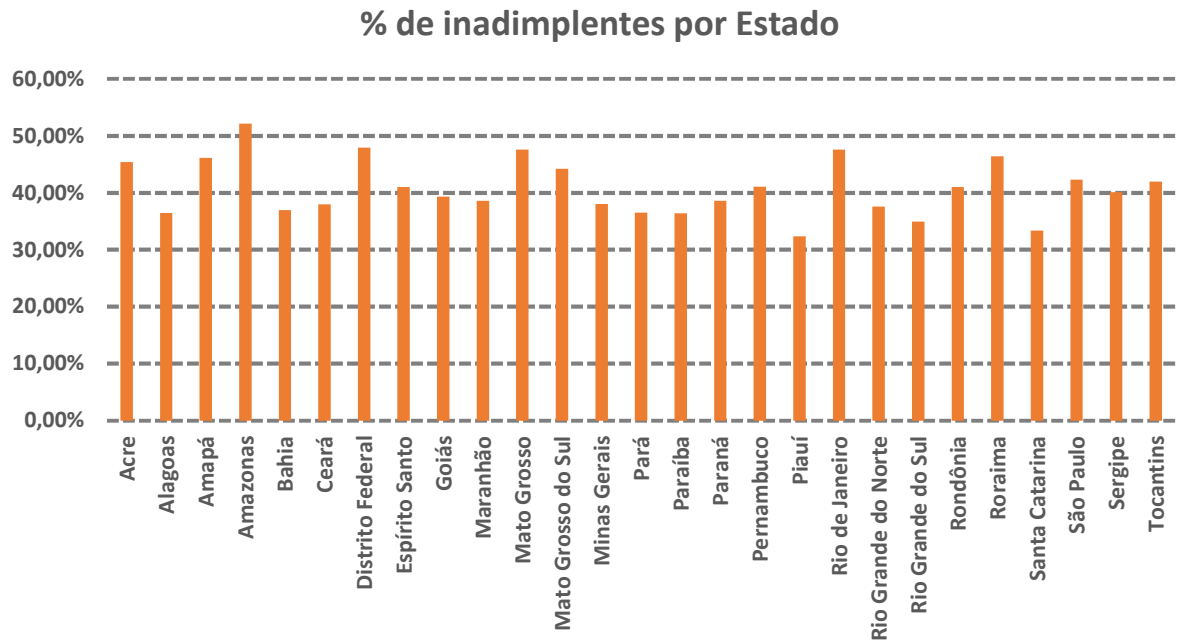
As consequências dos maus hábitos de consumo

Quais as consequências dos maus hábitos de consumo? Além da alta produção de lixo, como abordamos anteriormente sobre a produção de lixo eletrônico, há também a questão da inadimplência. Inadimplência é o que acontece quando o consumidor deixa de pagar alguma dívida, ou seja, o consumidor fica impossibilitado de comprar a prazo. Em outras palavras é o que conhecemos popularmente como “nome sujo”.

De acordo com a pesquisa feita pelo Serasa em fevereiro de 2022, 40,45% dos brasileiros adultos estão inadimplentes e as principais dívidas, que chegam a 65,17 milhões de reais, são: banco/cartões com 28,60%; água, luz e gás com 23,20%; e varejo com 12,50%.

Nessa pesquisa também foi identificado o percentual de inadimplentes por estado e perfil. Abaixo vamos apresentar o gráfico 1 de pessoas adultas inadimplentes por estado.

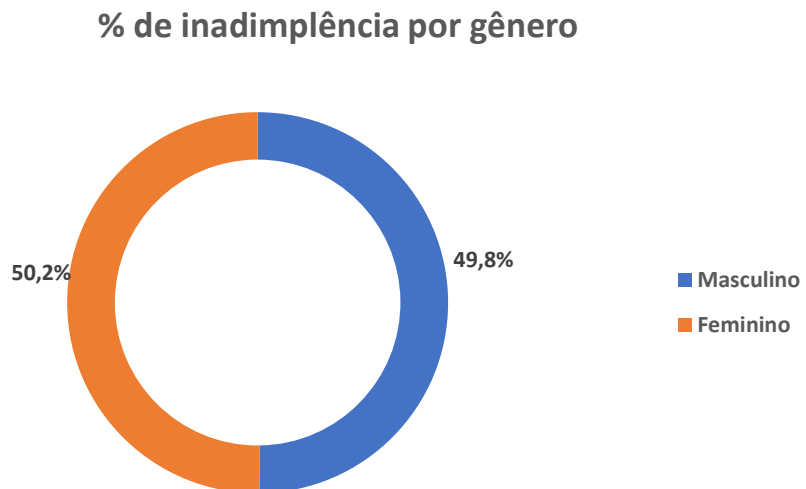
GRÁFICO 1: INADIMPLÊNCIA NO BRASIL POR ESTADO



Fonte: Serasa, 2022

Nessa pesquisa também foi apresentado o percentual de pessoas inadimplentes de acordo com o gênero, conforme gráfico 2 abaixo:

GRÁFICO 2: INADIMPLÊNCIA NO BRASIL POR GÊNERO

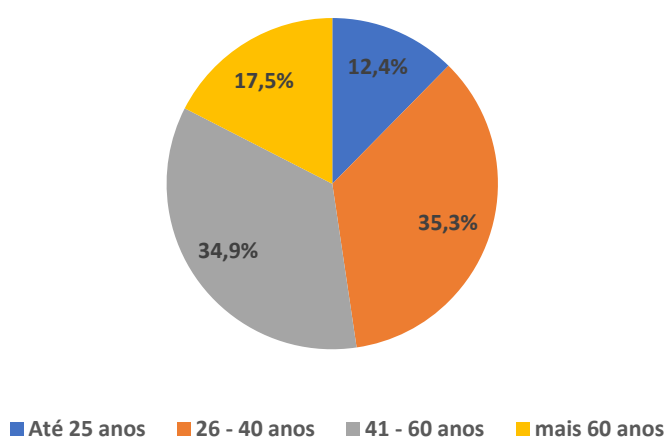


Fonte: Serasa, 2022

Outro perfil que também foi pesquisado foi sobre a faixa etária ~~da idade~~ das pessoas adultas inadimplentes e o percentual de pessoas com idade de 18 a 25 anos é o que nos chama mais atenção, conforme nos mostra o gráfico 3, pois é nessa idade que os jovens estão iniciando uma carreira profissional ou acadêmica e a inadimplência provavelmente é uns dos fatores que pode atrapalhar esse desenvolvimento, principalmente no que tange a vida profissional, pois para os jovens que pretendem empreender, esse é um fator bastante negativo, porque dificilmente conseguirão crédito para começar ou alavancar seus negócios.

GRÁFICO 3: INADIMPLÊNCIA NO BRASIL POR FAIXA ETÁRIA

% da faixa etária de inadimplentes no Brasil



Fonte: Serasa, 2022

Por isso é tão importante que temas como Educação Financeira e consumo consciente sejam tratados na sala de aula, para que os jovens se tornem cidadãos conscientes quanto aos seus hábitos de consumo e que isso seja replicado por eles para seus amigos e familiares, formando assim uma corrente de conhecimento.

ANEXOS

ANEXO A

Modelo de Planilha de Orçamento Pessoal ou Familiar

Modelo de Planilha de Orçamento Pessoal ou Familiar

Orçamento Pessoal/Familiar			Saldo Previsto		R\$		
			(Renda Menos Custo Previsto)				
Receita 1	R\$		Saldo Real		R\$		
			(Renda Menos Custo Real)				
Extra	R\$		Diferença		R\$		
			(Real Menos Previsto)				
Total	R\$						
Receita 2	R\$						
Extra	R\$						
Total	R\$						
Moradia				Laser			
	Custo Estimado	Custo Real	Diferença		Custo Estimado	Custo Real	Diferença
Aluguel	R\$	R\$	R\$	Cinema	R\$	R\$	R\$
Conta de Água	R\$	R\$	R\$	Shows	R\$	R\$	R\$
Conta de Luz	R\$	R\$	R\$	Teatro	R\$	R\$	R\$
Gás	R\$	R\$	R\$	Outros	R\$	R\$	R\$
Telefone	R\$	R\$	R\$	Subtotal	R\$	R\$	R\$
Suprimentos	R\$	R\$	R\$				
Outros	R\$	R\$	R\$				
Subtotal	R\$	R\$	R\$				
Transporte				Empréstimos			
	Custo Estimado	Custo Real	Diferença		Custo Estimado	Custo Real	Diferença
Pagamento de veículo	R\$	R\$	R\$	Pessoal	R\$	R\$	R\$
Transporte Público	R\$	R\$	R\$	Cartão de Crédito	R\$	R\$	R\$
Seguro	R\$	R\$	R\$	Cartão de Crédito	R\$	R\$	R\$

Licenciamento				Cartão de Crédito			
Combustível	R\$	R\$	R\$	Cartão de Crédito	R\$	R\$	R\$
Manutenção	R\$	R\$	R\$	Outros	R\$	R\$	R\$
Outros	R\$	R\$	R\$	Subtotal	R\$	R\$	R\$
Subtotal	R\$	R\$	R\$				
Seguro				Impostos			
	Custo Estimado	Custo Real	Diferença		Custo Estimado	Custo Real	Diferença
Casa	R\$	R\$	R\$	Federal	R\$	R\$	R\$
Saúde	R\$	R\$	R\$	Estadual	R\$	R\$	R\$
Vida	R\$	R\$	R\$	Local	R\$	R\$	R\$
Outros	R\$	R\$	R\$	Outros	R\$	R\$	R\$
Subtotal	R\$	R\$	R\$	Subtotal	R\$	R\$	R\$
Comida				Investimentos			
	Custo Estimado	Custo Real	Diferença		Custo Estimado	Custo Real	Diferença
Supermercado	R\$	R\$	R\$	Aposentadoria	R\$	R\$	R\$
Padaria	R\$	R\$	R\$	Investimentos	R\$	R\$	R\$
Outros	R\$	R\$	R\$	Outros	R\$	R\$	R\$
Subtotal	R\$	R\$	R\$	Subtotal	R\$	R\$	R\$
Cuidados Pessoais				Animais de Estimação			
	Custo Estimado	Custo Real	Diferença		Custo Estimado	Custo Real	Diferença
Médico	R\$	R\$	R\$	Comida	R\$	R\$	R\$
Cabelo/Unhas	R\$	R\$	R\$	Veterinário	R\$	R\$	R\$
Vestuário	R\$	R\$	R\$	Banho/Tosa	R\$	R\$	R\$
Academia	R\$	R\$	R\$	Outros	R\$	R\$	R\$
Outros	R\$	R\$	R\$	Subtotal	R\$	R\$	R\$
Subtotal	R\$	R\$	R\$				
Custo Total Projetado				R\$			
Custo Total Real				R\$			
Diferença Total				R\$			

Modelo de Planilha de Controle de Gastos

Planilha de controle de gastos

[illegible]

